

CAPITAL HUMANO A SERVIÇO DE EMPRESAS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS NA PERSPECTIVA DE CRISTIAN LAVAL¹

Sonia Maria Zanezi Peres²

Lucia Helena Rincón Afonso³

Gleison Peralta Peres⁴

RESUMO:

A valorização da escola e da universidade é de fundamental importância nos dias atuais. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo compreender como o capital humano veio historicamente se modificando devido às relações sociais, políticas, econômicas e culturais, principalmente com o capitalismo. Para tanto, nos valem das contribuições de Christian Laval e de autores(as) que abordam essa perspectiva. As transformações recorrentes na educação, principalmente nos sistemas de ensino a serviço do capital, nos levam a refletir sobre como o conhecimento pode ser mercantilizado e como novos desenhos institucionais se consolidam e se modificam para atender a interesses em favor dos lucros.

Palavras-chave: Educação. Processos educativos. Mercantilização.

ABSTRACT:

The appreciation of school and university is of fundamental importance in the present days. In that sense, this article aims to understand how human capital has historically been changing due to social, political, economic, and cultural relations, especially with capitalism. To do so, we rely on the contributions of Christian Laval and authors who address this perspective. The recurring transformations in education, especially in education systems serving capital, lead us to reflect on how knowledge can be commodified and how new institutional designs are consolidated and changed to meet interests in favor of profits.

Keywords: Education. Educational processes. Commercialization.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo baseou-se nas leituras realizadas nas aulas de Fundamentos da Educação, no âmbito do programa de pós-graduação em Educação da PUC Goiás durante o primeiro semestre de 2022, ministradas pela docente Dra. Lila Maria Spadoni Lemes e pelo docente Dr. Aldimar Jacinto Duarte. Buscamos aqui apresentar as reflexões, debates e análises

realizados, que colaboraram para a ampliação dos conceitos e abordagens relacionados à educação como campo do conhecimento, assim como os conceitos conexos aliados à ação educativa e pedagógica proporcionada pelos agentes educativos deste espaço amplo e diversificado social e culturalmente.

Pretendemos analisar alguns conceitos pertinentes à educação e principalmente ao autor

¹ Artigo apresentado à disciplina Fundamentos da Educação, ministrada pela docente Dra. Lila Maria Spadoni Lemes e pelo docente Dr. Aldimar Jacinto Duarte no período de março a julho de 2022, com carga horária de 60 horas e contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/PROSUC II).

² Doutoranda em Educação (PUC-GO), mestra em História (PUC-GO), pedagoga e historiadora. Técnica administrativa educacional (Seduc/MT). E-mail: soniazanezi@hotmail.com

³ Doutora em Educação (Unesp-SP). Mestra em Sociologia da Comunicação (UCM-Espanha), mestra em História (UFG), historiadora (UFG). E-mail: luciarincon@gmail.com

⁴ Doutor em Educação (UFMT), mestre em História (PUC-GO), historiador e pedagogo. Professor da Educação Básica na disciplina de História (Seduc/MT). E-mail: gleisonpp@hotmail.com

Christian Laval, intelectual francês, sociólogo e especialista em História do pensamento liberal americano, também conhecido como militante contra a globalização liberal da educação, bem como as diversas tentativas de mercantilização do ensino. Para isso utilizaremos os conceitos de seu livro “A escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público”, cuja tradução brasileira foi feita por Maria Luíza M. de Carvalho e Silva. Nosso recorte se situa na primeira parte “A Produção do Capital Humano a Serviço da Empresa” e outros que contribuam com a discussão e reflexão da sua perspectiva teórico-conceitual relacionada à educação.

A partir das leituras, buscamos no primeiro momento apontar a relação do capitalismo com a educação brasileira. A relação entre o trabalho e a produção do conhecimento (intelectual) perpassa os conceitos trabalhados por Laval, por isso utilizamos referenciais que contribuem com os conceitos apontados na obra.

Nessa perspectiva, apresentamos um olhar crítico sobre como analisar as ações políticas educacionais visando valorizar a formação integral de cada indivíduo, não a reduzindo somente à formação profissional, além de apontar o campo teórico dos interesses da política liberal disfarçados em tons sociais, mas que valorizam interesses individuais em detrimento dos coletivos.

2. CAPITALISMO E EDUCAÇÃO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nesta seção, abordaremos as considerações relacionadas ao capitalismo e à educação no sentido de verificarmos como a educação é utilizada em vários momentos para reproduzir modelos pensados através do capitalismo e sua instrumentalização para reprodução da vida. Nesse sentido, ela se torna uma mercadoria, já que é uma atividade realizada, por vezes, via Estado, com pensamento ideológico e político, pois o campo econômico se utiliza do capital humano para manter suas perspectivas.

De acordo com Freitas (2003), nas sociedades anteriores ao capitalismo, o sistema de ensino também cumpria funções ideológicas e econômicas diferentes dos dias atuais, porém nelas não existiam condições de existência de um ensino massificado como estamos vivenciando atualmente.

Para o autor, tal massificação nos moldes dos sistemas de ensino atuais é fruto das revoluções do final do século XVIII (Revolução Industrial e Revolução Francesa). A industrial deu base econômica e a francesa, ideológica e política. Segundo Freitas (2003, p. 26), a massificação ocorreu de forma lenta e gradual.

Para apoiar o desenvolvimento das forças produtivas, necessitou de uma escola que preparasse rapidamente, e em série, recursos humanos para alimentar a produção de forma hierarquizada e fragmentada – e isso só era possível ser feito de forma escolarizada.

Conforme Althusser (1983), o modo de produção capitalista criou as condições necessárias para a formação de um sistema de ensino massificado, possibilitando a reprodução do modo de produção capitalista, se instrumentalizando através da educação.

Em relação ao sistema de ensino brasileiro, Saviani (1987) aponta que foi formado a partir do desenvolvimento do capitalismo, que propiciou as condições necessárias para o surgimento desse sistema massificado, sendo universalizado na década de 1980, no intuito de preparar a força de trabalho assumindo posições no mercado de trabalho tecnificado com as condições mínimas para sua implementação (leitura e escrita e cálculos simples). Sendo assim no caso brasileiro, o sistema de ensino conforme determina o Parecer Nº 30/2000-CNE/CEB, se constitui como um conjunto de órgãos e instituições de ensino que devem estar interligadas para alcançar o mesmo objetivo.

[...] são o conjunto de campos de competências e atribuições, voltadas para o desenvolvimento da educação escolar que se materializam em instituições, órgãos executivos e normativos, recursos e meios articulados pelo poder público competente, abertos ao regime de colaboração e respeitadas as normas gerais vigentes (Brasil, 2000, s/p).

Neste contexto do sistema capitalista, a política educacional se torna essencial, uma vez que depende de indivíduos bem instruídos para impulsionar a força de trabalho e, conseqüentemente, a geração de capital e

riqueza. Entretanto, é importante destacar que essa instrução se restringirá ao que for mais favorável ao capitalismo, considerando que a qualificação dos trabalhadores não deve ultrapassar os interesses dos detentores dos meios de produção, o que poderia acarretar em riscos. Diante disso, é esperado que a educação brasileira siga um novo direcionamento nesse novo cenário, refletindo as demandas do sistema econômico vigente. A respeito Giamogeschi (2010, p. 2) afirma que,

durante o sistema oligárquico, as necessidades de instrução e uma organização educacional não se faziam necessários pela população, diante das condições e exigências do trabalho, nem pelos centralizadores do poder, ficou evidente que, com o capitalismo industrial e a nova realidade proveniente deste, a instrução tornou-se principal meio de ascensão social e colocação no mercado de trabalho, especialmente com o crescimento do setor terciário.

Considerando o capitalismo como sistema econômico passou/passa por mudanças que afetam diretamente o cenário social brasileiro, principalmente nos campos ideológico, político e educacional, nas questões que Laval (2004, p. 3) aponta com destaque ao conhecimento que ele apresenta como “inteligência como ‘capital humano’, aquele capital de características humanas, racionais que se valoriza somente quando é útil ao mercado”.

Sendo assim, educação e a própria política integram uma totalidade da prática social, porém diante da realidade que vivemos, a política é supervalorizada em relação à

educação, que por sua vez está subordinada à política (Saviani, 2008), portanto está subordinada, de acordo com Saviani (2008), é histórica e não só precisa como deve ser superada.

Isto porque, se as condições de exercício da prática política estão inscritas na essência da sociedade capitalista, as condições de exercício da prática educativa estão inscritas na essência da realidade humana, mas são negadas pela sociedade capitalista não podendo se realizar aí senão de forma subordinada, secundária (Saviani, 2008, p. 69).

Conforme destacado por Martins (2011), é imprescindível que adotemos ações e propostas ativas e transformadoras, que vão além da simples contemplação e adaptação à realidade criada pelo ser humano. É necessário compreender a natureza da realidade e do mundo em que vivemos, pois somente assim será possível alcançar um desenvolvimento significativo e efetivo.

Tais ações exigem, necessariamente, um tipo de pensamento que promova a superação da empiria fetichizada, das aparências - sejam elas falsas ou verdadeiras -, instrumentalizando os indivíduos para a atividade consciente, para a transformação das circunstâncias e de si mesmos. É com essa tarefa que entendemos a educação escolar verdadeiramente emancipadora (Martins, 2011, p. 56-57).

Na concepção de Miranda (2012), o capitalismo é a forma mais desenvolvida da atividade de educação escolar, pois é considerada um forte instrumento de deste sistema, assumindo formas e conteúdos diversos e organizados conforme as condições materiais

tanto na produção quanto na reprodução da vida em sociedade.

Esse mesmo autor aponta que a partir da perspectiva capitalista, logo no ingresso do sujeito na escola, ele passa a conviver com regras, normas, anseios e objetivos estabelecidos pela própria sociedade capitalista, e a escola seria este espaço privilegiado para integração dessa universalização de pensamento, ou seja, a globalização da educação através do sistema de ensino, que é, por si, um modelo excludente, caso o indivíduo não integre e respeite aquilo que seja proposto pelo próprio sistema de ensino estatal, ou mesmo que as pessoas aceitem, concordem e defendam, podem ser pessoas excluídas pelo sistema.

Por se tratar de utilidade, a escola segue um novo modelo escolar e educativo, quando se utiliza dela como instrumento de razão econômica, que proporciona o “economismo”, segundo o qual as escolas devem se prestar às empresas que as utilizam para formação do “homem flexível” e o “trabalhador autônomo” que se constituem como referências ao “ideal pedagógico” (Laval, 2004, p. 3).

Ainda nessa mesma linha de raciocínio de Laval e Frigotto (2010) aponta caminhos que contribuem para o conceito de capital humano na educação brasileira, quando diz que:

A educação no Brasil, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, de prática social que se define pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções de valores articulados às necessidades e interesses das diferentes

classes e grupos sociais, foi reduzida, pelo economicismo, a mero fator de produção – “capital humano”. Asceticamente abstraída das relações de poder, passa a definir-se como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. Essa concepção de educação como “fator econômico” vai constituir-se numa espécie de fetiche, um poder em si que, uma vez adquirido, independentemente das relações de força e de classe, é capaz de operar o “milagre” da equalização social, econômica e política entre indivíduos, grupos, classes e nações (Frigotto, 2010, p. 20).

Tomando como base as considerações de Laval (2004) e Frigotto (2010), podemos refletir sobre a questão emancipatória enquanto seres humanos versus a nossa completa submissão aos interesses do capital.

A formação intelectual não vai somente determinar o nível de eficácia econômica, mas ofertar às empresas e ao mercado que vão utilizar a escola como uma contribuição com condições de produção para a lógica capitalista, pois os resultados podem ser uma mercadoria. Assim sendo, a educação seria essa mercadoria⁵, que no caso brasileiro modificou somente após a Constituição Federal de 1988 (CF/88)⁶, já que a transformação da educação em objeto traz grande interesse ao capital, pois pode se apropriar como mercadoria no setor educacional, que, segundo Marx (1996), a mercadoria e a produção de mercadorias são

consideradas a relação essencial da sociedade capitalista.

Nessa perspectiva, Laval (2004) apresenta o conceito de uma nova ordem educativa, já que seria a perda progressiva da autonomia da escola acompanhada pela valorização da empresa, pois resultaria na parceria generalizada atuante em atos normativos, sendo a empresa a “qualificante” e aprendiz, e a instituição escolar como espaço educativo com aprendizado flexível. O setor privado, se apropriando dos sistemas de educação e a formação profissional que atenda aos interesses do mercado (produção do conhecimento), dá consistência à colaboração das empresas mantendo a política de formação contínua nos planos estratégicos de ampliação do capitalismo.

Laval (2004) empenha-se em apresentar os caminhos ou explicações para justificar as reformas de cursos e currículos constantes e flexíveis, já que o distanciamento entre a família e os meios de trabalho se constituem nas mudanças estruturais do sistema, pois a escola, para o autor, busca razões primordiais para a formação de mão de obra, que é:

Mascarada pela preponderância das finalidades culturais e políticas da escola, conservada durante muito tempo, o que explica a causa de ter sido considerada, por

⁵ Para Oliveira (2009, p. 741), “No Brasil, o processo de desenvolvimento de um setor empresarial na educação é antigo, remontando, pelo menos, ao período da ditadura militar. Entretanto, isso era dissimulado, pois a legislação proibida que as instituições de ensino, ‘pela sua natureza’, dessem lucro”.

⁶ Nas palavras de Oliveira (2009, p. 741), “Apenas com a promulgação da Constituição de 1988 é que se explicitou a possibilidade de existência de escolas com fins lucrativos. A posterior regulamentação desse dispositivo na Lei de Diretrizes e Bases e na legislação complementar acelerou o seu crescimento”.

longo tempo, como um fundamento da identidade nacional e um pilar da ordem republicana. Sabe-se que o Estado se definiu, inicialmente, como um educador da Nação em luta contra a Igreja, para assegurar sua hegemonia simbólica e ideológica e que não hesitou em retomar muito de seu adversário, tanto no plano organizacional quanto no plano pedagógico (Laval, 2004, p. 6).

As questões políticas, culturais e sociais na maioria das vezes mantiveram a escola como instrumento doutrinador ideológico, já que preservam relação estatal com épocas e domínios existentes em cada tempo (governos), assim como as relações de trabalho existentes, pois o capitalismo necessita dessa combinação (trabalho e educação) para justificar suas vertentes, e a relação empresa e escola como estrutura de um sistema.

Por último, Ponce (2001) apresenta a escola como papel de aparelho ideológico e cultural de Estado, e cumpre suas funções econômicas em virtude do modo de reprodução do modelo capitalista, que o fim da escola seria um problema para a reprodução capitalista que permite a existência de forma determinada à acumulação de capital.

3. ESCOLA: ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO

Pretendemos apresentar, nesta seção, algumas considerações sobre as mudanças de perspectiva da escola, como reflexões necessárias para compreender a sociedade atual, e o valor simbólico que ela reflete como

transformações em relação ao capital financeiro envolvido na educação. Analisamos ainda seus resultados práticos na vida das pessoas, que em determinado momento têm um diploma e o mercado busca outras formas para inseri-las no mercado de trabalho de forma precária para manter os lucros do capital.

Nas palavras de Laval (2004), o ensino teria três funções, das quais o próprio período humanista, que ele apresenta como categorias econômicas que, por sua vez, seriam uma verdadeira indústria de massa, pois em cada momento haveria uma interpretação, já que há necessidade de formar cidadãos responsáveis e aptos para o trabalho. Dessa forma a escola não seria o único espaço destinado a aprender, que foi/vem se alterando com o passar dos anos.

Ensino transformado, em diversas etapas, em uma verdadeira indústria de massa, só pode, doravante, ser descrito sistematicamente, com a ajuda das categorias econômicas. Essa interpretação do ensino distingue três funções da educação moderna: a formação de uma mão de-obra qualificada, a mudança cultural que prevalece sobre a herança e a formação de cidadãos responsáveis. Essa mutação marca para o autor o fim do humanismo clássico, fundamentado no desinteresse e na livre atividade humana (Laval, 2004, p. 10).

Nessa linha de raciocínio, a necessidade de inserir a escola na economia passa o sentido de que ela estaria a serviço do próprio capital, pois qualificar sua população seria uma necessidade estatal, que utiliza o conhecimento como mercadoria.

Sendo assim, a escola entraria no rol de oferta educativa no quadro de serviços públicos

que pode contribuir com a formação da sociedade moderna, estando sua formação vinculada ao utilitarismo econômico e tornando mercadoria. Para Oliveira (2009) a redução do interesse social da educação representa um empobrecimento do próprio conceito de educação.

Mesmo diante das mudanças na escola em relação ao capitalismo, ela passou a mudar suas perspectivas para atender ao mercado e o interesse social foi se perdendo ao longo dos anos. Conforme Laval (2004), a inserção das reformas orientadas à competitividade, à melhora econômica, bem como aos objetivos e controles na descentralização e modificação para o gerenciamento educativo, que na maioria das vezes vem junto da formação de docentes e expectativas centradas na produtividade, seria um marco da escola ao neoliberalismo, pois o Estado estrutura seus sistemas e currículos para seguir como uma fábrica.

Tais transformações, segundo Laval (2004), ocorrem principalmente na década de 1980 com a mundialização das trocas, financeirização das economias, o Estado se ausentando das suas responsabilidades e o setor privado percebendo oportunidades de expansão de seus “negócios” relacionados à educação.

Diante dessas modificações surgem as escolas flexíveis, como estratégia de ampliação, inclusive com a figura do “trabalhador flexível” como uma representação do gerenciamento educacional, buscando liberdade de iniciativa,

autonomia, muito presentes nos dias atuais. O Estado “engessa” o sistema e a abertura de iniciativa e autonomia fica somente nos discursos, a escola atende às expectativas do mercado de trabalho instrumentalizado pelos currículos propostos pelos sistemas de ensino, garantindo assim um “bom diploma” e um “bom ofício”, proporcionando aos sujeitos uma sensação de que a escola cumpriu sua missão, porém:

No período Neoliberal o capitalismo tende a mudar a ligação, que ele deixa mais frouxa e mais leve, entre o diploma e o valor pessoal reconhecido socialmente. Esse título escolar e universitário, em uma época onde se declara que o saber é um produto "perecível", e que as competências são, elas mesmas, objeto de uma "destruição criadora" permanente, tende a perder sua força simbólica (Laval, 2004, p. 18).

Entretanto como consequência dessas mudanças, principalmente com o neoliberalismo, bem como as transformações do mercado de trabalho, os inúmeros diplomas escolares passam a ser meros papéis, cujo mercado se modifica no intuito de “baratear” os custos. Passa então a inserir novas formas de trabalhos precários, com o discurso de treinamento (estágios e empregos precários) e caberia tanto às escolas quanto às universidades reavaliar (reformas) seus sistemas para atender às novas exigências mercadológicas.

O neoliberalismo⁷ como conceito é amplo, porém sua utilização na educação, segundo Laval (2004, p. 8), não tem o sentido de modificar completamente suas estruturas, pois:

O neoliberalismo atual não vem transformar a escola bruscamente. Muito cedo, numerosos autores se dedicaram a definir e construir uma escola de acordo, em todos os pontos, com o espírito do capitalismo. A presente mutação é, na realidade, a atualização, em uma fase mais madura da sociedade de mercado, de uma tendência [...].

Nesse sentido, o neoliberalismo se apropria da educação e, segundo Laval (2004), negligencia em nossas escolas as necessidades humanas que mais precisamos, que é a vida, pois ela busca nos investir somente para o mercado de trabalho na maioria das vezes, na medida em que o sistema busca aprimorar técnicas relacionadas ao conhecimento para o mercado, já que as práticas educativas se fazem presentes permanentemente.

No ensino básico, cresceu a venda de materiais pedagógicos e “pacotes” educacionais, que incluem aluguel de marca, pelo mecanismo de franquias, avaliação e formação em serviço do professor. Tais atividades são desenvolvidas por algumas das grandes redes de escolas privadas, como os Cursos Osvaldo Cruz (COC), Objetivo, Positivo e Pitágoras. Mais recentemente, esse grupo de instituições tem avançado sobre os sistemas públicos de educação básica, vendendo materiais apostilados para redes municipais e estaduais, tendo os mesmos avaliados no âmbito do programa nacional do livro didático [...] passa-se, assim, da venda de materiais educativos para a

definição da gestão do sistema público de ensino (PNLD) (Oliveira, 2009, p. 741).

Diante das dificuldades enfrentadas na ampliação dos sistemas de ensino públicos, a iniciativa privada percebe que existe um mercado educacional disponível e busca ampliar os serviços e a inserção do capital financeiro na educação.

Tal ampliação possibilitaria a internacionalização da oferta educacional, já que as empresas do ramo educacional (editoras, serviços de consultorias educacionais, elaboração de planos de curso, planos estratégicos, programas de autoavaliação, etc.) buscam oportunidades de expansão de seus capitais, possibilitando o aumento dos seus lucros e conseqüente rearranjo institucional para que seus serviços sejam ampliados nos sistemas de ensino.

4. CONHECIMENTO: FATOR DE PRODUÇÃO PARA O MERCADO

Buscamos compreender e apresentar como o conhecimento pode se tornar uma forma de produção para o mercado diante das possibilidades que o capitalismo pode estabelecer com as escolas e universidades como estratégia de ampliação e aperfeiçoamento dessas práticas nesses espaços, onde o próprio Estado seria o indutor delas.

intervenção mínima do Estado na economia, pois sua saída do mercado proporcionaria a autorregulação da ordem econômica.

⁷ A abordagem que utilizamos seria a perspectiva do neoliberalismo como doutrina socioeconômica que retoma os antigos ideais do liberalismo clássico com a

Nas palavras de Lopes (2006, p. 139-140):

Na sociedade industrial, quanto mais o homem consome uma determinada matéria-prima, menos ela estará disponível. Quanto mais se extrai petróleo de um poço, por exemplo, menos se tem esse produto disponível. Na sociedade do conhecimento, por outro lado, quanto mais se extrair informação de uma fonte mais se potencializa esse conhecimento que não se esgota ao se utilizar. Logo, a relação entre a produção e consumo acontece de forma inversa.

Nessa lógica, o conhecimento é utilizado de diversas formas, porém na sociedade industrial, quando vendemos um bem, perdemos a posse dele, e o bem passa a ser propriedade de quem o comprou. Já na sociedade do conhecimento essa lógica é diferente, pois, ao vender o conhecimento em forma de informação ou tecnologia (seja em software ou instrução), podemos até perder a propriedade do bem, mais ainda fica a possibilidade de reproduzir este mesmo bem e agregar valor em novas oportunidades de venda.

O conhecimento no sentido de uma capacidade humana de entender, aprender e compreender as coisas, por vezes é utilizado e disseminado por sistemas de ensino criados pelo capitalismo, que em determinados momentos se utiliza como formação das massas de trabalhadoras/es a executarem tarefas nos diversos setores. Seria muito difícil conseguir mão de obra especializada sem o papel realizado pelos sistemas de educação, por isso se mantém como responsabilidade estatal, garantindo o

modo de produção capitalista estabelecendo as condições necessárias para tal feito.

Cabe aqui ressaltar o conceito de mais-valia relativa proposta por Marx (1982, p. 585):

A produção da mais-valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital.

Sendo assim, qualquer país que não conte com um sistema educacional, provavelmente, não terá condições de competir dentro do capitalismo, mesmo onde a extração da mais-valia absoluta seja a mola mestra da acumulação do capital. Portanto isso não significa que os capitalistas queiram abrir mão de seus excedentes sociais para investimentos nos sistemas de ensino, mas a inserção do pagamento dos impostos segue a lógica de manutenção para os sistemas de ensino para o desenvolvimento do próprio capital, e o conhecimento seria um caminho para tal manutenção.

Baseado nessas informações, Laval (2004) busca apresentar a nova cultura, que ele denomina de massa, porém não se propõe em reproduzir e reconduzir o esforço de grandes nomes da ciência de gerações anteriores, mas estaria destinada a três fins específicos, econômico, político e científico, como estratégias de manutenção do capitalismo.

Essa lógica do capitalismo se apropria da cultura escolar, que pode contribuir com o conjunto de conhecimentos que lhes possibilite a melhoria de condições diante das exigências produtivas e políticas impostas pela sociedade do nosso tempo, que se utilizam de nossos instrumentos como eficácia, eficiência e mobilidade social.

Apesar de o conhecimento ser uma forma de disseminação de valores culturais necessários para o mundo do trabalho e por vezes difundidos pelas escolas, Laval (2004) aponta para o conceito de capital humano, que, segundo ele, são distorcidos em vários momentos, pois tendem a mobilizar saberes cada vez mais numerosos sob seus aspectos de produção e mercadorias e a educação estaria envolvida neste ponto em virtude do alcance social que ela permite, com as possibilidades de bem-estar social, pessoal e econômico, como quesitos mercadológicos, que a ação educativa esteja envolvida na formação desses capitais humanos.

O autor ainda chama a atenção para os órgãos internacionais que por vezes financiam a educação citando a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial (BM) como lógicas de rendimentos educativos e os países interessados buscam se adequar à realidade proporcionada por essas organizações econômico-financeiras como concepção ideológica da nova ordem educativa mundial, e

quem não faz parte estaria fadado ao fracasso, portanto:

Produção de conhecimentos torna-se, ao mesmo tempo, uma atividade mercantil específica pelas formas jurídicas de sua apropriação privada (patentes, direitos autorais) e uma fonte de benefícios, importante para as empresas que as desenvolvem. Uma das características do capitalismo moderno é, precisamente, a organização sistemática da pesquisa sobre uma base capitalista, a fim de liberar rendas tecnológicas para as firmas. **O número de empregos no setor da produção de conhecimentos cresce**, nitidamente, mais rápido do que na média dos outros setores; os conhecimentos científicos e as inovações tecnológicas conhecem uma aceleração notável ao mesmo tempo em que se constata uma obsolescência cada vez mais rápida dos equipamentos, especialmente no domínio da informática, segundo um processo de "destruição criativa" que parece estar desenfreado. Essa situação na qual "todas as ciências se encontram aprisionadas a serviço do capital" como diz Marx, parece reclamar um aumento contínuo de mão-de-obra qualificada e altamente qualificada, fenômeno no qual se pode ver uma das razões da massificação escolar que as escolas secundárias e as universidades nos países capitalistas desenvolvidos, experimentaram desde os anos 1950 (Laval, 2004, p. 33, grifo nosso).

Diante do aumento na produção do conhecimento e das altas qualificações proporcionadas pela massificação do número de empregos específicos para produção de saberes, e com as novas formas de pensar a sociedade através do capital, tal ampliação vai ao encontro das novas demandas, e as escolas e universidades tornam-se, segundo a percepção de Laval (2004), "novas indústrias do saber".

Tanto os espaços das escolas quanto das universidades passam a ser destinados à produção de conhecimentos modelados pelo

“capitalismo universitário”, onde estão a favor do capitalismo, que podemos denominar “indústrias de inteligência” com laboratórios e grupos de pesquisa dedicados a melhorar o desempenho de empresas e indústrias.

Laval (2004, p. 34) assevera que:

Os laboratórios se transformaram, pouco a pouco, em "centros de aproveitamento", integrados em uma instituição universitária, ela mesma metamorfoseada em um lugar de acumulação de capital. As universidades criaram filiais privadas encarregadas de comercializar as patentes e operar investimentos financeiros. As redes e as "parcerias" com a indústrias e multiplicaram, na maior parte do tempo sob a forma de subvenções mais ou menos disfarçadas. Se os riscos e os custos permaneciam amplamente socializados, os benefícios eram privatizados. Essa política causou um profundo desequilíbrio em detrimento das atividades pedagógicas reduzidas ao mínimo.

A busca pelo lucro não atinge apenas as pesquisas, pois, por volta dos anos 1990, com a expansão de redes e a própria possibilidade de ampliação e comercialização de cursos “online” particulares, as empresas se apresentam como oportunidades de negócios rentabilizando o próprio ensino, e com importante aumento do capital educacional.

Diante desses cenários, constatamos que as modificações nas estruturas educacionais são constantes e o conhecimento, base do capital humano, acaba sendo uma mercadoria que pode ser aperfeiçoada e modificada a cada momento, inclusive se utilizando da escola e universidade como utilitárias a sua manutenção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as mudanças nos diversos aspectos (social, político, cultural e econômico) na sociedade atual, verificamos que o capitalismo perpassa por diversos momentos em nossa história, e que por vezes se apropria do Estado para disseminar suas angústias e projetos, muitas vezes passando pela educação através de seus sistemas de ensino, sejam eles para tecnificar ou qualificar a força de trabalho, e em determinados momentos até com a precarização do trabalho.

Cabe destacar o papel da educação nesse sentido, pois sua função em alguns momentos era emancipatória, mas, em virtude das modificações estruturais da sociedade provocadas pelas necessidades do mercado, passou a fazer parte da mudança, se utilizando das escolas e universidades para atender ao modelo capitalista de produção.

Tais mudanças podem ser observadas nos conceitos de Laval (2004), quando apontadas como nova ordem educativa, dando consistência a modelos que atendam ao mercado de produção do conhecimento, através dos planos estratégicos e pedagógicos com novas abordagens e perspectivas.

Outra questão interligada a essas mudanças seria o próprio apelo da escola na formação da sociedade, que vem sendo utilizada para atender às expectativas do mercado, como mercadoria, por grupos financeiros internacionais com interesses única e

exclusivamente nos lucros que podem proporcionar essas operações.

Nesse cenário de mudanças que vem ocorrendo nas escolas, compreendemos a necessidade de o capitalismo estar vinculado às questões neoliberais, com a menor participação estatal, mas não abandonando a educação como finalidade de atender o mercado de trabalho.

Concluindo, cabe destacar o papel do conhecimento como fonte de renda, já que em nossa sociedade as informações, o conhecimento e as próprias tecnologias estão interligados, modificando significativamente o papel das universidades, que passam a ter características industriais, de aprimoramento de tecnologias na busca para ampliar a produção de saberes.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BRASIL. **PARECER CNE/CEB nº 30/2000**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb030_00.pdf. Acesso em 10 de jan. de 2024.

FREITAS, Luiz Carlos. **Ciclos, seriação e avaliação**. São Paulo: Moderna, 2003.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: APPLE, M. W. *et al.* GENTILI, P. (org.). **Pedagogia da exclusão**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 20-98.

GIAMOGESHI, Carina Lopes. **O capitalismo e a expansão do ensino no Brasil**. Disponível em:

www.unifia.edubr?projeto%20revista/artigos/educacao/capitalismo.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

LOPES, Boaz Antonio de Vasconcelos. Conhecimento como fator de produção. **Revista Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 139-145, jan./jun. 2006.

MARTINS, L. M. Pedagogia histórico-crítica e psicologia histórico-cultural. In: MARSIGLIA, A. C. G. (Org). **Pedagogia histórico-crítica**: 30 anos. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p. 43-57

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Volume 1, Tomo 1. O processo de produção do Capital. Abril Cultural: São Paulo, 1996.

MIRANDA, G. K. **A sociedade contemporânea e a influência capitalista na educação**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-sociedade-contemporanea-e-a-influencia-capitalista-na-educacao/92366>. Acesso em: jul. 2022.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A Transformação da Educação em Mercadoria no



REI
ISSN 1984-431X

Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Tendências e correntes da educação brasileira. *In*: MENDES, Dumerval Trigueiro (coord.). **Filosofia da educação brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. Edição Comemorativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e o Mundo Moderno**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.